

TERMO DE REFERÊNCIA - TR**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VÍDEO-MONITORAMENTO****ÓRGÃO GERENCIADOR****ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.**CNPJ:** 76.175.884/0001-87.**ENDEREÇO:** Av. Visconde de Taunay, 950 - Ronda - CEP: 84051-900 - Ponta Grossa/PR.**FONE:** (42) 3220-1000 - ramal 1454.**SEI:** 001526/2026**1. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021).**

1.1 A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 21.500/2023, através do procedimento de pregão eletrônico, do tipo menor preço.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'a' 'i', Lei nº 14.133/2021)

2.1 OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de videomonitoramento veicular, compreendendo o fornecimento de equipamentos (câmeras, DVRs veiculares e periféricos) em regime de comodato de hardware, incluindo a instalação técnica, manutenção preventiva e corretiva, bem como o licenciamento de plataforma de software para gestão de imagens, videotelemetria e transmissão de dados em tempo real, visando atender as demandas das Secretarias e Fundações da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

TABELA

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL MÁXIMO	VALOR MÁXIMO DA ARP
1	videomonitoramento veicular em regime de comodato de hardware, compreendendo a instalação técnica, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e licenciamento de plataforma de software para gestão de imagens e dados, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável conforme a necessidade e o interesse da Administração.	und	438	R\$ 181,08	R\$ 79.313,04	R\$ 951.756,48

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICAÇÃO DE COTA RESERVADA E COTA PRINCIPAL

A não aplicação da cota reservada e da cota principal, previstas no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, para a presente contratação fundamenta-se na natureza indivisível do objeto e no risco de prejuízo ao conjunto da solução tecnológica. O sistema de videomonitoramento e videotelemetria veicular é uma ferramenta integrada que engloba de forma indissociável o fornecimento de hardware em regime de comodato, o licenciamento de software de gestão e a conectividade para transmissão de imagens e dados em tempo real. A divisão deste escopo em cotas distintas resultaria na contratação de fornecedores variados para atender a uma mesma demanda, impondo à Administração a coexistência de plataformas de software diferentes, equipamentos divergentes e padrões de suporte heterogêneos operando simultaneamente na frota municipal. Esse cenário de fragmentação inviabiliza a padronização, que é um requisito essencial para o controle eficiente da frota. A eficácia da fiscalização gerada por este serviço depende da capacidade dos gestores de acessar um painel único, onde todos os veículos possam ser monitorados sob as mesmas métricas e com a mesma confiabilidade de dados. Além disso, a cisão do objeto gera um alto risco de conflitos de responsabilidade técnica em casos de falhas operacionais. Se a solução

fosse dividida, seria tecnicamente complexo determinar se uma falha na transmissão da imagem decorre de um defeito no hardware fornecido por uma empresa, no software gerido por outra ou na rede de dados, o que fatalmente comprometeria a celeridade na manutenção corretiva.

A separação em cotas também afeta a economia de escala, elevando os custos diretos da contratação e os custos indiretos relacionados ao treinamento de servidores para operarem múltiplos sistemas paralelos e à gestão de diferentes contratos. Com amparo na legislação vigente, que autoriza o afastamento do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte quando a divisão configurar prejuízo ao conjunto do objeto ou perda de padronização, a adjudicação em lote único mediante ampla concorrência se apresenta como a modelagem mais adequada e segura. Essa estratégia garante que uma única contratada assuma a responsabilidade integral pelo funcionamento ininterrupto de toda a cadeia tecnológica, assegurando a integridade, a segurança e a eficiência do monitoramento veicular da Prefeitura de Ponta Grossa.

Especificações do produto / serviço:

A contratação compreende a prestação de serviço contínuo de videomonitoramento e videotelemetria veicular, operado por meio de plataforma de software (SaaS) com fornecimento de equipamentos em regime de comodato. A solução deve integrar, em um único ecossistema, a captação de imagens, a coleta de dados de condução e a transmissão de informações em tempo real, conforme as especificações detalhadas abaixo:

Sistema de Captação de Imagens e Hardware (Regime de Comodato): O hardware deve ser composto por um dispositivo processador central (DVR veicular ou câmera inteligente) com suporte a, no mínimo, duas câmeras de alta definição (HD ou superior). Uma câmera deve ser direcionada para a via (visão externa frontal) e outra para o interior da cabine (visão do condutor e passageiros), ambas com tecnologia de infravermelho para gravação em ambientes de baixa luminosidade. O equipamento deve possuir armazenamento interno blindado contra vibrações, capaz de reter ao menos 100 horas de gravação local em alta definição, garantindo um histórico mínimo de segurança, e realizar a transmissão de dados via rede móvel com tecnologia mínima 4G/LTE, assegurando a fluidez do streaming de vídeo, além de realizar o upload automático de trechos de vídeo (eventos) para a nuvem sempre que houver detecção de direção perigosa, frenagem brusca ou colisão.

Videotelemetria e Inteligência de Dados: A solução deve monitorar constantemente o comportamento do condutor, gerando alertas e dados sobre excesso de velocidade, acelerações e frenagens bruscas, curvas acentuadas e tempo de marcha lenta excessiva (veículo parado com motor ligado). O sistema deve permitir a identificação biométrica ou por cartão de proximidade (RFID) do motorista, garantindo que cada evento registrado seja vinculado automaticamente ao CPF do operador responsável, eliminando a necessidade de controles manuais e planilhas externas.

Plataforma de Software e Gestão: O licenciamento deve dar acesso a uma plataforma web e aplicativo móvel para gestão centralizada, permitindo o acompanhamento da frota em mapa em tempo real via rede GSM/GPRS (conectividade inclusa). O software deve disponibilizar dashboards de performance, relatórios de consumo estimado de combustível baseado na condução, gestão de cercas eletrônicas (delimitação de áreas proibidas ou permitidas) e alertas imediatos via e-mail ou push. A interface deve ser capaz de realizar o download remoto de vídeos históricos sem a necessidade de deslocamento físico até o veículo.

Instalação, Manutenção e Conectividade: A contratada será responsável pela instalação técnica em todos os veículos da frota municipal, independentemente da marca ou modelo, garantindo a integridade elétrica dos bens. Estão inclusos no serviço a manutenção preventiva e corretiva ilimitada, com substituição imediata de equipamentos defeituosos, e o fornecimento de chips de dados (M2M) com cobertura nacional, assegurando a transmissão ininterrupta das informações sem custos adicionais de tráfego para o Município.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e terá sua eficácia após um dia útil de sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Prorrogável se mantida a vantajosidade e a critério da Administração.

3.2 Após a homologação da licitação, o fornecedor registrado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.

3.3 A execução se dará a partir do recebimento pela empresa, do Empenho ou da Autorização de Compras.

3.4 A Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente da Ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

4. DA PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS

4.1 A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o artigo 23 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Desta forma, segue a metodologia aplicada para a realização do Mapa de Preços, onde foi utilizado o Banco de Preços, sítios da internet, orçamentos e contratações similares.

4.2 MAPA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QTD	PNCP contrato nº123/2025 Nova Petrópolis- RS	UNITRAC	GOLFLEET	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL MÁXIMO	VALOR MÁXIMO DA ARP
1	videomonitoramento veicular em regime de comodato de hardware, compreendendo a instalação técnica, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e licenciamento de plataforma de software para gestão de imagens e dados, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável conforme a necessidade e o interesse da Administração.	und	438	R\$ 182,00	R\$ 192,50	R\$ 168,75	R\$ 181,08	R\$ 79.313,04	R\$ 951.756,48

5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 Após a pesquisa de preços, analisados de forma crítica e atendendo ao artigo 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, chegou-se aos valores unitários dos itens. O cálculo se deu por média aritmética simples, conforme o mapa de preços.

5.2 Valor total da contratação: **R\$ 951.756,48 (novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos).**

5.3 Este valor é uma estimativa inicial para a abertura dos lances da respectiva licitação.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

A fundamentação para a presente contratação reside na imperiosa necessidade de modernização e fortalecimento da gestão da frota de veículos oficiais que atendem a Administração Direta e Indireta do Município de Ponta Grossa. Atualmente, a dispersão das atividades externas e a complexidade das operações realizadas por secretarias fundamentais, como Saúde, Assistência Social e Serviços Públicos, exigem a implementação de mecanismos de controle que superem os modelos

tradicionais e meramente burocráticos. A adoção de um sistema de videomonitoramento e videotelemetria justifica-se, primordialmente, pela busca de uma governança ativa e transparente, capaz de assegurar que o patrimônio público seja utilizado de forma estritamente vinculada ao interesse coletivo, inibindo desvios de finalidade, atos de vandalismo ou uso indevido dos ativos municipais.

Além da proteção patrimonial, a contratação é sustentada pela necessidade de otimização dos recursos financeiros e operacionais. A ferramenta de videotelemetria permite o acompanhamento rigoroso do comportamento de condução dos motoristas, o que impacta diretamente na redução do consumo de combustível e na diminuição dos custos com manutenções corretivas precoces causadas por uso severo ou inadequado. Essa eficiência técnica traduz-se em economicidade para o erário, permitindo que os recursos economizados sejam redirecionados para as atividades finalísticas das pastas. Do ponto de vista da segurança, a solução oferece um amparo essencial aos servidores municipais e aos cidadãos atendidos, funcionando como um instrumento de proteção jurídica e prova material em casos de incidentes de trânsito ou situações de conflito, garantindo a ampla defesa e a verdade real sobre os fatos ocorridos durante a execução do serviço público.

Portanto, a justificativa para este investimento tecnológico está alinhada aos princípios da eficiência, moralidade e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021. A implementação deste sistema não representa apenas uma aquisição de equipamentos, mas a consolidação de uma estratégia de inteligência administrativa que visa elevar o padrão de segurança institucional e garantir a continuidade ininterrupta dos serviços essenciais prestados à população de Ponta Grossa, assegurando uma fiscalização moderna, resiliente e condizente com as exigências da gestão pública contemporânea.

7. DOS QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	SMS	SMA	SMESP	SMSP	SMMA	FASPG	SMFDS	TOTAL	RESERVA 10%	TOTAL GERAL
1	videomonitoramento veicular em regime de comodato de hardware, compreendendo a instalação técnica, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e licenciamento de plataforma de software para gestão de imagens e dados, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável conforme a necessidade e o interesse da Administração.	und	167	50	5	87	10	50	30	399	39	438

8. DA SOLUÇÃO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, documento que precede este Termo de Referência.

9. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a empresa detentora da ata executar diretamente a totalidade dos serviços de instalação, manutenção e gestão tecnológica. A proibição da subcontratação é uma medida estratégica para salvaguardar a integridade dos dados capturados e garantir o cumprimento rigoroso das diretrizes de segurança da informação estabelecidas pelo Município. Ao concentrar a execução em uma única pessoa jurídica, a Administração assegura que não haverá diluição da responsabilidade técnica em caso de falhas sistêmicas ou incidentes de segurança, facilitando a fiscalização e garantindo que o padrão de qualidade da videotelemetria seja mantido de forma uniforme em toda a frota. Além disso, a execução direta pela contratada é fundamental para a proteção da privacidade dos servidores e munícipes, evitando que empresas terceirizadas, sem vínculo contratual direto e rigoroso com a Prefeitura, tenham acesso aos fluxos de imagens e informações críticas do sistema de monitoramento. Essa vedação está em estrita consonância com a Lei Geral de

Proteção de Dados (LGPD) e visa mitigar riscos operacionais, assegurando que o Município de Ponta Grossa possua um canal de comunicação e cobrança centralizado, o que é indispensável para a continuidade e a confiabilidade de um serviço de natureza tão sensível e estratégica.

10. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Para a presente contratação, não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme a faculdade prevista no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021. Esta decisão técnica baseia-se na análise da matriz de riscos do objeto, que se caracteriza por uma prestação de serviço contínuo com pagamentos mensais realizados exclusivamente após a efetiva entrega e ateste dos serviços por parte da Administração Municipal. Essa dinâmica de pagamento por disponibilidade e performance constitui, por si só, um mecanismo de segurança financeira para o erário, uma vez que qualquer interrupção ou falha na qualidade do videomonitoramento resultará na glosa imediata dos valores devidos, sem exposição de capital público antecipado.

Ademais, o fato de a solução operar sob o regime de comodato reforça a desnecessidade de garantia de execução. Como a propriedade dos dispositivos e a responsabilidade pelo funcionamento do hardware permanecem com a empresa contratada, o Município de Ponta Grossa não assume riscos patrimoniais sobre os equipamentos instalados. Em caso de rescisão contratual ou inadimplemento, o ônus da retirada e manutenção dos ativos é exclusivamente da contratada. Assim, a dispensa da garantia visa desonerar o custo final das propostas e ampliar a competitividade no certame, considerando que as cláusulas de penalidades administrativas e o controle de pagamentos previstos neste Termo de Referência são instrumentos plenamente suficientes e eficazes para assegurar a fiel execução do objeto e a proteção do interesse público.

11. DA GARANTIA DO SERVIÇO

Considerando que o objeto da presente contratação envolve o fornecimento de equipamentos em regime de comodato integrados a uma prestação de serviço contínuo, a garantia dos bens e serviços deverá ser plena e coincidir com todo o período de vigência contratual. A contratada será integralmente responsável por assegurar que o sistema de videomonitoramento e videotelemetria permaneça em perfeitas condições de uso e funcionamento, devendo arcar com todos os custos decorrentes de substituição de peças, reparos em hardware, atualizações de software e reconfigurações que se façam necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Município de Ponta Grossa.

A garantia deve abranger tanto vícios de fabricação quanto falhas decorrentes do desgaste natural pelo uso dos equipamentos na frota. Em caso de defeitos que comprometam a captação de imagens, a coleta de dados de telemetria ou a transmissão de informações em tempo real, a empresa deverá realizar a manutenção corretiva ou a troca definitiva do dispositivo defeituoso em prazos estritos, conforme estabelecido nos níveis de serviço (SLA), garantindo que nenhum veículo permaneça sem monitoramento por tempo prolongado.

Ocorrência	Prazo de Atendimento (Início)	Prazo para Solução Definitiva
Falha total do sistema (Plataforma fora do ar)	Até 4 horas	Até 12 horas
Defeito em câmera ou DVR (Individual)	Até 24 horas	Até 48 horas

Além disso, a garantia do serviço pressupõe o suporte técnico ininterrupto para a plataforma de gestão e a atualização contínua do software (SaaS), assegurando que a interface de monitoramento esteja sempre compatível com as versões mais recentes de navegadores e sistemas operacionais. A contratada deverá garantir a integridade e a disponibilidade dos dados e das imagens armazenadas em nuvem durante todo o período previsto no contrato, sendo de sua exclusiva responsabilidade a resolução de quaisquer conflitos técnicos entre os componentes físicos e a plataforma lógica da solução.

12. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

12.1 Como condição para a aceitabilidade da proposta, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá realizar uma demonstração técnica ou Prova de Conceito (PoC) da solução ofertada. Esta exigência é fundamental para validar a integração entre o hardware em comodato e a plataforma de software, assegurando que as funcionalidades de videotelemetria, a qualidade das imagens e a precisão dos relatórios de condução atendam rigorosamente aos requisitos deste Termo de Referência. A demonstração poderá ser realizada de forma presencial ou remota, a critério da Administração, devendo o licitante comprovar a usabilidade do sistema e a eficácia dos alertas em tempo real.

12.2 A critério da equipe técnica e visando a celeridade processual, a apresentação física da amostra poderá ser complementada ou, em casos específicos de similaridade comprovada, substituída pela análise exaustiva de fichas técnicas, manuais de operação e catálogos detalhados dos equipamentos. O Município reserva-se o direito de solicitar tais documentos a qualquer momento para eliminar dúvidas qualitativas ou funcionais sobre os itens propostos, podendo desclassificar a proposta que não demonstrar cabalmente a compatibilidade tecnológica necessária para a execução do serviço.

12.3 A análise técnica das amostras, bem como a validação dos documentos complementares (manuais e catálogos), será realizada pelo servidor Sergio Lucas Avilla da Silva, lotado na Secretaria Municipal de Administração. O responsável emitirá relatório circunstanciado de aprovação ou desaprovação do objeto, fundamentando tecnicamente a decisão com base na afinidade da demanda e nos critérios de desempenho estabelecidos. Em caso de necessidade de esclarecimentos adicionais, o contato poderá ser realizado via e-mail institucional ou telefone da unidade de lotação do servidor indicado.

13. DA SUSTENTABILIDADE

13.1 A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica na execução dos serviços, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG e o Decreto Municipal nº 11.328/2016. A execução do objeto deve priorizar a otimização de recursos, a redução de resíduos eletroeletrônicos e a mitigação de impactos ambientais negativos durante todo o ciclo de vida da solução.

13.2 Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos baseados no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, observando-se as seguintes diretrizes:

I - Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos: Por tratar-se de regime de comodato, a contratada é responsável pela logística reversa integral dos equipamentos (câmeras, DVRs e cabearmentos) ao final de sua vida útil ou encerramento contratual, garantindo o descarte ambientalmente adequado e evitando a contaminação do solo e lençóis freáticos por metais pesados.

II - Eficiência Energética: Os dispositivos instalados devem possuir baixo consumo de energia, de modo a não sobrecarregar o sistema elétrico e a bateria dos veículos municipais, contribuindo para a maior vida útil dos componentes automotivos.

III - Redução de Emissões: O sistema de videotelemetria deve ser utilizado como ferramenta de sustentabilidade ativa, auxiliando a Administração na redução da emissão de gases poluentes através do monitoramento de condutas como marcha lenta excessiva e acelerações bruscas.

IV - Uso de Materiais e Embalagens: Os produtos ofertados devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens individuais de menor volume possível, constituídas por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, conforme normas ABNT NBR 15.448-1 e 15.448-2.

V - Responsabilidade do Fabricante: Os materiais devem ser produzidos por fabricantes que mantenham programas continuados de sustentabilidade e que comprovem o cumprimento da legislação ambiental pertinente (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos).

13.3 A contratada deverá garantir que os resíduos decorrentes das atividades de instalação e manutenção técnica nas oficinas e pátios municipais tenham destinação adequada, mantendo os locais limpos e livres de sobras de materiais sintéticos ou metálicos.

13.4 A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas obrigações junto aos órgãos fiscalizadores, podendo a Administração solicitar comprovações de regularidade ambiental a qualquer tempo durante a vigência do contrato.

14. DA PROPOSTA COMERCIAL

14.1 Da aceitabilidade da proposta

Serão consideradas aceitáveis as propostas que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, especialmente quanto às especificações do objeto, condições de execução e critérios de julgamento definidos.

A proposta deverá apresentar preços compatíveis com os praticados no mercado, conforme pesquisa de preços realizada pela Administração, podendo ser desclassificadas aquelas que apresentem valores inexequíveis, excessivos ou manifestamente incompatíveis com os custos necessários à execução do objeto, poderão ser desclassificadas.

A análise da viabilidade levará em consideração os elementos que compõem a proposta, podendo ser solicitados esclarecimentos e documentos complementares, conforme a legislação em vigor.

15. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

15.1 Da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

15.1.1 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos anexos aos editais de licitação, bem como os critérios de habilitação econômico-financeira.

15.2 Da habilitação técnica

15.2.1 Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Atestado de Capacidade Técnica (Pessoa Jurídica): Apresentação de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou executa serviços de videomonitoramento veicular ou videotelemetria com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. Para fins de comprovação de parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, o atestado deverá demonstrar a gestão de, no mínimo, 219 veículos (correspondente a 50% do quantitativo total estimado), de forma a garantir que a empresa possui estrutura operacional para a escala demandada pelo Município.

b) Capacidade Técnico-Profissional: Apresentação de profissional de nível superior, pertencente ao quadro permanente da licitante na data de abertura do certame, detentor de atestado de responsabilidade técnica (ART ou documento equivalente do conselho de classe) por serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação. O profissional indicado deverá acompanhar a execução contratual, garantindo a qualidade técnica da instalação e integração dos sistemas.

c) Registro em Entidade Profissional: Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante e de seu responsável técnico no conselho profissional competente (ex: CREA ou CFT), em plena validade, compatível com as atividades de instalação e manutenção de sistemas eletrônicos de monitoramento.

d) Documentação Técnica do Produto: Apresentação de manual, ficha técnica ou catálogo técnico detalhado, em língua portuguesa, do hardware (DVR/Câmeras) e do software de gestão ofertados. Estes documentos serão utilizados para a análise de conformidade das especificações, desempenho e adequação técnica conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

e) Declaração de Rede de Assistência e Suporte: Declaração da licitante de que possui rede de suporte técnico ou equipe móvel capaz de realizar manutenções preventivas e corretivas em toda a frota municipal no prazo estabelecido nos níveis de serviço (SLA), assegurando a continuidade ininterrupta do monitoramento.

15.3 Da habilitação econômica-financeira

15.3.1 Considerando que o objeto desta licitação refere-se à prestação de serviço de natureza contínua, com execução prolongada e fornecimento de infraestrutura tecnológica em regime de comodato, não se aplica a dispensa de qualificação econômico-financeira. Para assegurar a mitigação de riscos de inexecução contratual e comprovar a capacidade operacional da licitante em suportar os custos iniciais de instalação da solução sem comprometer a qualidade do serviço, será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis referentes aos últimos 2 (dois) exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei. Fica expressamente vedada a substituição destes documentos por balancetes ou balanços provisórios.

A análise pormenorizada de toda a documentação contábil, bem como a aferição dos índices de liquidez, endividamento e saúde financeira geral das empresas participantes, será submetida à Secretaria Municipal da Fazenda e realizada pelo servidor Ricardo Martins Araújo. A avaliação minuciosa resultará na emissão de um parecer técnico que atestará a aptidão financeira da empresa para a contratação. Em caso de necessidade de diligências ou esclarecimentos complementares durante a fase de análise contatar o pregoeiro, que anexará o solicitado no processo do presente objeto.

17 DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/2021)

Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para entrega do objeto, da seguinte forma:

Prazo de entrega: 15 dias úteis a partir da data da convocação para entrega ou execução do objeto.

Horário de entrega: das 8h00min às 18h00min.

Locais de entrega: conforme indicação prévia dos resquisitantes.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

18.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.3 Os bens/serviços serão recebidos definitivamente, conforme art. 80, incisos I, alínea 'b' e II, alínea 'b' do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Outrossim, constatados vícios de quantidade e qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.

18.4 O produto deverá obedecer às normas padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente a finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

18.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos da incorreta execução do contrato, bem como a responsabilidade sobre a garantia dos produtos.

18.6 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pelo órgão requisitante e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

19. DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)

19.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2 A designação de Gestor e Fiscal será realizada pela Autoridade Competente, mediante Ordem de Serviço a ser publicada no Diário Oficial do Município, concomitantemente à formalização da contratação.

Secretaria / Órgão	GESTOR / SUPLENTE	FISCAL ADM / SUPLENTE	FISCAL TÉCNICO / SUPLENTE	FISCAL SETORIAL / SUPLENTE
SMS	G: Fernanda Bierhals (29948) S: Thais Regina Caetano Pinto (27922)	F: Rozangela Ribeiro (201986) S: Fabiano Kzevy (31281)	F: Elaine Cristina Pinheiro Diniz (32447) S: Adriano Justino (28179)	Justificada a ausência por déficit de pessoal.
SMFDS	G: Agnaldo Lara dos Santos (32530) S: Leila Batista Guse Martins (30612)	F: Vinicius Slompo (24928) S: Luciana Aparecida Migdalski (30619)	F: Daniel Alexandre Staichaka (32705) S: Lúcio Mauro Saldanha (30620)	Justificada a ausência por déficit de pessoal.
FASPG	G: Carlos F. Yamashiro (31961) S: Dayane S. Dubiela da Silva (21985)	F: Lumiane Niski (21575) S: Paula Gisele Rocha Cabral Braz (33420)	F: Igor Antonio Madalozzo (32017) S: Oscar Kiyoshi (31399)	F: Vilmar Vaz de Oliveira (32017) S: Maria Luisa Derbis (33057)
SMA	G: Maria Eduarda da Costa (33877) S: Maria Eduarda de Miranda Cieslak (36146)	F: Jean Moreira Ribeiro (24957) S: Carlos Marcelo Dias Gonçalves (31998)	F: José Lucas da Silva (32812) S: Marcos Aparecido Bastos (33891)	F: Antonio dos Santos Rosa (30631) S: Divar Stefaniw das Neves (11710)
SMSP	G: Arildo Ribeiro dos Santos (14.420) S: César Augusto Amaral (21.220)	F: Valdirene Gorte Moreira (21.279) S: Luis Carlos Batista (6.966)	F: Moisés Gnatta (19.979) S: Eurico Talevi Betim (30.640)	Justificada a ausência por déficit de pessoal.
SMESP	G: Divonsir Eleutério Rodrigues (33889) S: Fernando Pereira Pinto (27539)	F: Mario Issamu Yamada (29538) S: Beatriz da Luz Silvestre (27534)	F: Edmilson Julio da Silva (27544) S: Patrícia Skolimoski (30155)	F: Carla Stadler (27531) S: Paulo Roberto Siqueira de Araújo (15964)
SMMA	G: Marielly Mika (21336) S: Darci de Paula (33321)	F: Cristiana Trujilu Geronimo (33384) S: Eduardo Vinicius M. Pacheco (32320)	F: João Paulo Balandiuk (31950) S: Jéssica Evelyn Rocha Ferreira (33663)	F: Rafael da Luz Ribeiro (33546) S: Eduardo Antonio Bechinski (33804)

20. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea 'g' da Lei nº 14.133/2021)

20.1 A avaliação da execução do objeto utilizará os relatórios parâmetros de fiscalização, conforme previsto no anexo a este Termo de Referência ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.2 A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

20.3 O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e

b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

20.4 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

20.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

a) prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;

d) certidão de Regularidade do FGTS;

e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j' da Lei nº 14.133/2021)

21.1 As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2026 e constam de movimento constante no processo SEI nº **001526/2026**.

21.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

21.3 No Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, diz:

Art. 17º - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

22 DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

22.1 Abaixo segue o alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 de todas as secretarias demandantes, divididas entre aquelas que possuem previsão e as que apresentaram justificativa para a contratação superveniente:

ÓRGÃOS COM PREVISÃO NO PCA 2026:

Secretaria Municipal de Saúde (SMS) / Fundação Municipal de Saúde:

Situação: **HÁ PREVISÃO** no Plano de Contratação Anual 2026.

Demanda PCA: N° 262/2026.

Justificativa da Demanda: Contratação de empresa de prestação de serviços para manter as atividades do órgão e/ou projetos, programas e ações por ele atendidas, seja na área administrativa, financeira, técnica, operacional entre outras.

Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP):

Situação: **HÁ PREVISÃO** no Plano de Contratação Anual 2026.

Demanda PCA: N° 395/2026.

Justificativa da Demanda: Contratação de empresa de prestação de serviços para manter as atividades do órgão e/ou projetos, programas e ações por ele atendidas, seja na área administrativa, financeira, técnica, operacional entre outras.

ÓRGÃOS SEM PREVISÃO NO PCA 2026 (DEMANDAS SUPERVENIENTES JUSTIFICADAS):

Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG):

Situação: **NÃO HÁ PREVISÃO** no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a ausência de previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, referente à contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, bem como a operacionalização de sistema integrado de videomonitoramento veicular, destinada ao atendimento da frota da FASPG.

Enquadramento Normativo: Nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o Plano de Contratações Anual constitui instrumento de planejamento que visa racionalizar as contratações, promover eficiência administrativa e alinhar as aquisições aos objetivos estratégicos da entidade. Contudo, a própria Lei admite, de forma implícita, a realização de contratações não previstas no PCA, desde que devidamente motivadas, especialmente quando decorrentes de fatos supervenientes, necessidades imprevisíveis ou situações em que a postergação da contratação possa acarretar prejuízo à Administração.

Motivos da Ausência de Previsão no PCA: A contratação em questão não constou do PCA vigente em razão de circunstâncias supervenientes e devidamente justificáveis, dentre as quais se destacam:

- a identificação posterior à elaboração do PCA de riscos relevantes à segurança patrimonial e operacional da frota;
- a constatação de fragilidades nos mecanismos atuais de controle, rastreabilidade e fiscalização do uso dos veículos;
- o aumento da demanda por maior transparência, governança e eficiência na gestão da frota, alinhada às boas práticas de controle interno;
- a necessidade de adequação a recomendações de órgãos de controle e de fortalecimento dos mecanismos de prevenção a desvios e incidentes.

Tais fatores somente se tornaram plenamente evidentes após a consolidação do PCA, não sendo possível, à época, antever a urgência e a relevância da implementação de um sistema integrado de videomonitoramento veicular.

Natureza da Contratação e Impossibilidade de Postergação: A contratação possui natureza de serviço contínuo e especializado, essencial para: garantir a segurança dos veículos, servidores e usuários; assegurar o adequado uso do patrimônio público; produzir informações confiáveis para a tomada de decisão administrativa; mitigar riscos operacionais e institucionais. A postergação da contratação para inclusão em PCA subsequente poderia acarretar prejuízos à Administração, tais como a manutenção de vulnerabilidades, aumento do risco de danos ao erário e comprometimento da eficiência administrativa.

Compatibilidade com o Planejamento Institucional: Apesar de não constar formalmente no PCA, a contratação: está alinhada aos objetivos estratégicos da FASPG; atende ao interesse público; é compatível com a disponibilidade orçamentária; observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e governança previstos na Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que a ausência de previsão no PCA não afasta a legalidade da contratação, desde que devidamente motivada e formalizada, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

Medidas de Mitigação e Regularização: Como medida de aprimoramento do planejamento, a FASPG compromete-se a: registrar a contratação nos instrumentos internos de planejamento; avaliar a inclusão de demandas semelhantes nos próximos ciclos do PCA; fortalecer os mecanismos de governança e gestão de contratações.

Conclusão: Diante do exposto, resta devidamente justificada a ausência de previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, considerando tratar-se de demanda superveniente, relevante e imprescindível ao atendimento do interesse público, cuja postergação poderia ocasionar prejuízos à FASPG. Assim, entende-se plenamente regular e juridicamente admissível o prosseguimento da contratação, desde que observados os demais requisitos legais e procedimentais previstos na Lei nº 14.133/2021.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A presente demanda não constou originalmente no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A necessidade foi identificada posteriormente, a partir da divulgação da Intenção de Registro de Preços para contratação de serviço de videomonitoramento veicular, oportunidade em que esta Secretaria verificou a relevância da solução para apoiar as atividades realizadas pelas equipes de fiscalização ambiental. Considerando que os servidores da fiscalização ambiental realizam atividades externas e estão expostos a situações que demandam maior segurança e controle das ações desenvolvidas em campo, a implantação do sistema de videomonitoramento veicular foi considerada importante para aprimorar a segurança institucional e a transparência das atividades de fiscalização. Dessa forma, justifica-se a inclusão da presente demanda, ainda que não prevista inicialmente no PCA 2026.

Secretaria Municipal de Administração (SMA):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A inclusão desta demanda no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, embora não prevista inicialmente, justifica-se pelos seguintes motivos:

- **Otimização de Recursos:** Identificou-se a necessidade imediata de ferramentas que permitam maior controle sobre o consumo de combustível e custos de manutenção, visando a economicidade dos gastos públicos.

- Segurança e Transparência: O sistema oferece proteção jurídica ao Município e segurança aos servidores, servindo como prova material em incidentes de trânsito e garantindo o uso estritamente oficial dos veículos.
- Interesse Público Superveniente: A dinâmica da gestão de frotas e o aumento de sinistros recentes exigem uma atualização tecnológica que não pode ser adiada para o próximo ciclo orçamentário, sob risco de prejuízo ao erário.
- Amparo Legal: A legislação permite a atualização do planejamento anual (PCA) sempre que houver necessidade fundamentada de melhoria na governança e na fiscalização do patrimônio público.

Secretaria Municipal de Esportes (SMESP):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A presente demanda não está no PCA da Secretaria Municipal de Esportes para o exercício de 2026 em razão de, num primeiro momento, não ter sido identificada a necessidade institucional de monitoramento veicular. Posteriormente, após análise operacional e gerencial das atividades externas desenvolvidas por esta Secretaria, verificou-se a relevância da adoção de câmeras veiculares como instrumento de segurança, transparência administrativa, preservação do patrimônio público e mitigação de riscos, o que fundamenta a presente contratação superveniente.

Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Social (SMFDS):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A presente demanda não constou no Plano de Contratação Anual da SMFDS para o exercício de 2026 em razão de, à época de sua elaboração, não ter sido identificada a necessidade institucional de monitoramento veicular. Posteriormente, após análise operacional e gerencial das atividades externas desenvolvidas pela Secretaria, verificou-se a relevância da adoção de câmeras veiculares como instrumento de segurança, transparência administrativa, preservação do patrimônio público e mitigação de riscos, o que fundamenta a presente contratação superveniente.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

23.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

23.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

23.1.3 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

23.1.4 Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

23.1.5 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

23.1.6 Paralisar por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que se esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

23.1.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

23.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

23.1.9 Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

23.1.10 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

23.1.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas regulamentadoras de segurança.

23.1.12 É obrigação da CONTRATADA manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.

23.1.13 Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, como prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade. Quando for o caso, entregar manual do usuário e termo de garantia do objeto.

23.1.14 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis nas normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

23.1.15 Toda a mão de obra necessária para a logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas, ficarão sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

23.1.16 Indicar preposto para representa-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso.

23.1.17 Alocar os empregado necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

23.1.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto contratual e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

23.1.19 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam das especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

23.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maior de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

23.1.21 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

23.1.22 Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

23.1.23 Os bens que demandarem de uma logística no seu deslocamento, cujos custos de entrega (frete) até o local determinado pelo Contratante, bem como a montagem, devem estar inclusos no preço dos produtos.

24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

24.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o objeto contratual.

24.2 Designar servidores para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

24.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, podendo rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço, executado em desacordo com o ata a ser firmado.

24.4 Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

24.5 Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei.

24.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

24.7 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

24.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24.9 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

45.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo Contratual e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

24.11 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando o prazo para resposta da empresa e a sua ação corretiva.

24.12 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo Contratual, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

24.13 Observar para que, durante a vigência do presente Termo Contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

24.14 Efetuar o pagamento a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo previsto no Decreto nº 21.500/2023 e suas alterações.

25. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

25.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no dia 07 de abril de 2026.

25.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

25.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

25.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

25.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

25.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.8 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte.

25.9 Que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte.

25.10 Que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente.

25.11 Que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

25.12 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

25.13 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

26. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

26.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

26.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

26.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

27. DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

27.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 08 de abril de 2026

Assinado por:

João Rafael Safonoff Ribeiro

07/04/2026 - 15:46
F20LDR4QR1KFJBHIK3UK6W

Assinado por:

Isabele da Veiga Moro

08/04/2026 - 17:22
WH0GDHPYSI2PUHIQRDGTYG